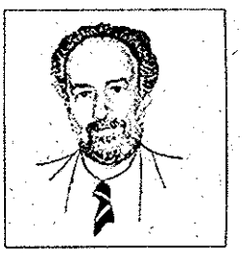
Acervo ISA

Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte OESP (Espaço Aberto)
Data 13/9/2002 Pg A2
Class. 74

WASHINGTON NOVAES

A água e as boas intenções



O tema não freqüenta as discussões sobre a sucessão no País e nos Estados

A chamada crise da água foi um dos temas centrais da recente cúpula de Johannesburg e objeto de uma das decisões ali tomadas: no Plano de Implementação (das convenções e da Agenda 21 aprovadas em 1992) se escreveu que se pretende, até 2015, reduzir à metade o número de pessoas que hoje não têm acesso a água de boa qualidade (1,1 bilhão) e das que não dispõem de redes de esgotos (em torno de 2,5 bilhões). Mas não há compromisso formal de nenhum país de contribuir para o fundo voluntário ali mencionado.

Sai-se, portanto, da África do Sul, sem nada concreto diante do que a própria ONU entende ser a mais grave crise deste século no mundo. Em 2025, quando a demanda já tiver aumentado mais 56%, duas em cada três pessoas no mundo sofrerão com a crise – por escassez, poluição ou conflitos pelo uso.

De volta ao Brasil, encontra-se um estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz mostrando uma ameaça de "falência a curto prazo" no abastecimento de água de 330 mil pessoas da região de Piracicaba pelo Rio Corumbataí, que teve sua vazão reduzida, em 30 anos, de 14 para 10 metros cúbicos por segundo. Causa: desmatamento, principalmente das matas ciliares.

Provavelmente, se o estudo for repetido nos demais rios brasileiros, vai-se encontrar quase o mesmo quadro – e as mesmas razões. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já está fazendo um estudo a respeito da influência do desmatamento no regime hidrológico em algumas regiões brasileiras e logo poderá dizer qual é a situação – que se teimou em não considerar na recente "crise energética", apesar dos indícios muito fortes, que também levaram a Agência Nacional de Águas (ANA) a iniciar uma pesquisa.

A própria ANA informou recentemente que outro problema grave, a poluição, está "fora de controle" nos principais rios de oito Estados, da Bahia ao Rio Grande do Sul; 70% das bacias hidrográficas apresentam "alto índice de contaminação".

Numa dessas bacias, a do Paraíba do Sul (que abastece, entre outras áreas, 80% da população do Grande Rio), pesquisa do Centro de Tecnologia Mineral de Brasília nos municípios de Resende e Volta Redonda mostrou há pouco alta concentração de cobre, chumbo, zinco e arsênico no material sedimentar.

Inquieta. O consumo de água per capita no Brasil multiplicou-se por dez ao longo do século 20. Só em duas décadas (1975-95), dobrou. E ainda estamos com dezenas de milhões de pessoas sem acesso a água de boa qualidade, mais de 70 milhões sem redes de esgotos. Não estranha, assim, que 70% das internações de crianças na rede hospitalar pública se dêem por doenças veiculadas pela água. E anualmente ocorram 9,8 mil mortes de crianças de até 1 ano por essa razão.

Embora o Brasil e a América do Sul estejam entre as regiões com maior disponibilidade de água (36,9 metros cúbicos por ano por pessoa – na América do Norte, são 16,8; na Europa Ocidental, 1,7; e na Oceania, 53,7), sua distribuição é muito desigual, com a maior parte, no caso brasileiro, concentrada na Região Amazônica, onde está a menor fatia da população. E o desperdício de água nas redes públicas de distribuição continua em níveis inaceitáveis, em torno de 40% do que sai dos reservatórios, em média.

Nas discussões de Johannesburg, um dos focos mais freqüentes foi o atual uso insustentável da água na agricultura, onde cresceu 75% nos últimos anos e passou de 1.850 quilômetros cúbicos anuais para 3.250 em 2000 (1 km³ equivale a 1 trilhão de litros). Outra ênfase foi na preocupação com o aumento do consumo total, que tem dobrado a cada 20 anos. Em 1900, o consumo total era de 700 km³ por ano; na virada do século, chegou a 3.940 km³. Hoje está além disso. A disponibilidade de água por pessoa reduziu-se 58% desde 1950 e vai cair mais nos próximos 50 anos.

A agricultura responde hoje por mais de 70% do consumo total de água, no mundo e no Brasil. Mas o desperdício aí pode chegar a 60% (ou 42% do consumo total em todas as formas), principalmente nos sistemas de irrigação por pivôs centrais, em que é altíssima a perda por evaporação (que pode ainda contribuir para a depleção dos aqüíferos que suprem os mananciais).

No planeta, 40% da produção de alimentos já é realizada com sobreuso de água (mais do que é reposto nos aqüíferos), principalmente nas áreas de expansão mais recente – em 30 anos, as áreas irrigadas passaram de 200 milhões de hectares para 270 milhões. E produzir uma tonelada de grãos, por exemplo, está exigindo mil toneladas de água.

Sistemas alternativos de irrigação – como o gotejamento e a microaspersão –, mais econômicos, encontram resistência dos produtores, que alegam a necessidade de investimento maior – o que exige pensar sem perda de tempo em políticas públicas e de crédito que induzam a substituição.

Diante dos números do comércio global de água engarrafada – entre US$ 20 bilhões e US$ 30 bilhões anuais –, não falta quem pense no problema centrado apenas nas possibilidades nessa área. Ou quem raciocine unicamente em termos de soberania e estratégias de domínio do recurso. Mas o problema é bem mais vasto, exige muitos outros enfoques. E será muito preocupante se o País se contentar apenas com os termos da equação em Johannesburg e ficar apenas no terreno das intenções (como está hoje).

É preciso rediscutir com urgência as políticas públicas, escapar do atoleiro em que está no Congresso o debate sobre privatizações do saneamento (que podem ter conseqüências muito problemáticas, já comentadas aqui). Começar a pensar quais serão as conseqüências de mudanças climáticas na agricultura brasileira, tema para o qual chamou a atenção, na África do Sul, o presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. E, de novo, estranhar que uma área da importância dos recursos hídricos não freqüente as discussões sobre a sucessão no País e nos Estados.

■ *Washington Novaes é jornalista*
E-mail: wlrnovaes@uol.com.br